

1           **ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2           **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3           **(GD6), REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4           Aos treze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta  
5           minutos, deu-se início a 2ª Reunião Ordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia  
6           Hidrográfica do dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-pardo  
7           GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para discussão  
8           dos seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente do Comitê,  
9           execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das justificativas de  
10          ausência; **Item II** - Aprovação das Atas da 1ª Reunião Ordinária do dia 11/02/2021 e da  
11          1ª Reunião Extraordinária do dia 11/03/2021; **Item III** - Discussão e análise dos pedidos  
12          de reconsideração relativos aos processos de outorga, conforme relatórios dos pedidos  
13          de vistas da FIEMG, de nº 2240.01.0003111/2020-25 (Costa do Sol Empreendimentos  
14          Imobiliários Ltda.) link:

15          [https://drive.google.com/drive/folders/1TnbAssUTZYhEJYoSKy4xUDUmFv8Vhe2P?usp](https://drive.google.com/drive/folders/1TnbAssUTZYhEJYoSKy4xUDUmFv8Vhe2P?usp=sharing)  
16          [=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1TnbAssUTZYhEJYoSKy4xUDUmFv8Vhe2P?usp=sharing), nº 2240.01.0002285/2020-17 (Antônio Ângelo Rocha) link:

17          [https://drive.google.com/drive/folders/1XRSM90LCBSQPEx\\_yX3aNaySPMD1qWCU ?](https://drive.google.com/drive/folders/1XRSM90LCBSQPEx_yX3aNaySPMD1qWCU?usp=sharing)  
18          [usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1XRSM90LCBSQPEx_yX3aNaySPMD1qWCU?usp=sharing) e nº 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.)

19          link: [https://drive.google.com/drive/folders/159G3iNpkdWLSdSDmjZCAlysg2w33\\_YQD](https://drive.google.com/drive/folders/159G3iNpkdWLSdSDmjZCAlysg2w33_YQD?usp=sharing)  
20          [?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/159G3iNpkdWLSdSDmjZCAlysg2w33_YQD?usp=sharing); **Item IV** - Assuntos Gerais e **Item V** - Encerramento. **Membros**

21          **presentes:** Na reunião estiveram presentes 34 (trinta e quatro) membros,  
22          representando 31 (trinta e uma) Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria:  
23          **Presidente Rogério Araújo Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais**  
24          **de Saneamento - ASSEMAE), Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do**  
25          **Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e os**  
26          seguintes Conselheiros: **Rodrigo Paiva de Castro (Corpo de Bombeiros Militar de**  
27          **Minas Gerais - CBMMG), Tales Roberto da Silva (Corpo de Bombeiros Militar de**  
28          **Minas Gerais - CBMMG), Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de**  
29          **Minas Gerais - PMMG), Eduardo de Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de**  
30          **Gestão das Águas - IGAM), Rubén César Alvim Vieira (Instituto Mineiro de**  
31          **Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro de Lima (Empresa de Assistência**  
32          **Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER), Wladimir**  
33          **Ferreira Fadini (Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA), Aparecido Venâncio**  
34          **Martins (Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento -**  
35          **SEAPA), Acássio José Paese (Polícia Civil de Minas Gerais), Tamires Freitas de**  
36          **Camargo (Polícia Civil de Minas Gerais), Renato Pan (Instituto Estadual de**  
37          **Florestas - IEF), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Jeniffer Rita**  
38          **Migot (Prefeitura Municipal de Bandeira do Sul), José Acácio de Vilas Boas**  
39          **(Prefeitura Municipal de Ipuiúna), Priscila Magne Bueno (Prefeitura Municipal de**  
40          **Santa Rita de Caldas), Matheus Felipe da Costa (Prefeitura Municipal de Bom**  
41          **Repouso), Giovanna Ferreira Nascimento (Prefeitura Municipal de Caldas),**  
42          **Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior**  
43          **Araújo (Prefeitura Municipal de Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura**  
44          **Municipal de Muzambinho), representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL;**  
45          **Mário Montingelli Neto (Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA),**  
46          **Renato Nogueira Pizol (Alcoa Alumínio S/A), Fábio Augusto Zincone (DME**  
47          **Energética S.A.), Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado**  
48          **de Minas Gerais - FIEMG), Luiz Renato Musa Machado (Associação dos**

49 **Mineradores do Planalto de Poços de Caldas - ASMIPC), representantes dos**  
50 **USUÁRIOS; Antônio Carlos Sales (Associação dos Engenheiros, Arquitetos e**  
51 **Agrônomos de Andradas - ASSEA), José Edilberto da Silva Resende (Associação**  
52 **Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade Almeida Di Tomazzi (Agência**  
53 **Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande – ARPA Rio Grande),**  
54 **Irinéia Ardisson da Silveira Souza (ONG Planeta Solidário), Maria Teresa Mariano**  
55 **(Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**  
56 **- PUC/MG Campus Poços de Caldas), Cláudio Antônio de Andrade Lima**  
57 **(Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG), Ângela Maria Martins Marques**  
58 **dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais -**  
59 **CREAMG) e Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e seus**  
60 **afluentes - NARP), representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também estiveram**  
61 **presentes os seguintes convidados: Maria de Lourdes (Gerente do IGAM), Márcia**  
62 **Helena Quintero Lêda (Responsável Técnica pelos projetos de outorga da Pollo**  
63 **Engenharia e de Antônio Ângelo Rocha), Luiz Francisco Fernandes Pereira e**  
64 **Karl Wagner Acerbi (LF Saneamento, Responsáveis Técnicos pelo projeto de**  
65 **outorga da Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários), Lucas Augusto Carmo**  
66 **de Assis (Arquiteto da Pollo Engenharia), Nelson Domingues da Costa Filho**  
67 **(Advogado da Pollo Engenharia), Juan Carlos dos Reis Cardoso (Pollo**  
68 **Engenharia), Marina de Melo (Técnica do IGAM), Paulo Pinheiro (Engenheiro -**  
69 **Caldas), Danúbia Alves Cardoso (IGAM - URGASM), Marianne da Cunha Barros**  
70 **(IGAM – URGASM) e Deivid Oliveira; Item I - A reunião foi aberta pelo secretário**  
71 **Juvenal Nogueira Marques, que conduziu a reunião a pedido do Presidente Rogério**  
72 **Araújo Dias, que não pôde estar presente em toda a reunião por motivos de saúde. Na**  
73 **sequência, o secretário Juvenal solicitou a execução do Hino Nacional. Verificou-se o**  
74 **quórum e a secretária fez a leitura das justificativas de ausências. Passou-se então**  
75 **para o Item II - Aprovação das Atas das reuniões dos dias 11/02/2021 e**  
76 **11/03/2021: como não houve manifestações, objeções ou correções, as atas da 1ª**  
77 **Reunião Ordinária do CBH GD6 (11/02/2021) e da 1ª Reunião Extraordinária do CBH**  
78 **GD6 (11/03/2021) foram aprovadas. Em seguida, o secretário Juvenal iniciou a**  
79 **discussão sobre o Item III – Discussão e análise dos pedidos de reconsideração**  
80 **relativos aos processos de outorga, conforme relatórios dos pedidos de vistas da**  
81 **FIEMG: Nº 2240.01.0003111/2020-25 (Costa do Sol Empreendimentos Imobiliários**  
82 **Ltda.), Nº 2240.01.0002285/2020-17 (Antônio Ângelo Rocha) e Nº**  
83 **2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.) e que foram**  
84 **objetos de pedidos de vistas da FIEMG; O secretário Juvenal começou pelo processo**  
85 **de Antônio Ângelo Rocha, nº 2240.01.0002285/2020-17, relatando que na última**  
86 **reunião da CT de Outorga em 09/04/2021 ficou acordado e votado a concessão de**  
87 **outorga para este empreendimento com a aprovação da maioria, conforme o relatório**  
88 **do pedido de vistas da FIEMG e perguntou se alguém tinha alguma manifestação**  
89 **contra esta decisão, ao que a conselheira Maria Teresa respondeu que manteria a sua**  
90 **posição, já registrada na ata da CT de Outorga do dia 09/03/2021, anterior agora**  
91 **aprovada, que foi contrária à esta decisão da maioria da CT de Outorga alegando que**  
92 **não é possível continuar com ações degradadoras do passado. Em seguida, o**  
93 **secretário Juvenal iniciou a votação para apurar quem seria contra e quem seria a favor**  
94 **do parecer da URGASM referente ao processo de Antônio Ângelo Rocha, totalizando 12**  
95 **votos a favor do parecer da URGASM, 8 votos contra o parecer da URGASM, 3 abstenções e**  
96 **13 ausentes, ficando aprovado o parecer da URGASM no processo de Antônio Ângelo**

97 Rocha. A seguir, o secretário Juvenal iniciou o processo do Costa do Sol  
98 Empreendimentos Imobiliários, nº 2240.01.0003111/2020-25, concedendo a palavra  
99 primeiramente aos empreendedores, como questão de ordem. Luiz Francisco Pereira,  
100 responsável técnico pelo estudo, disse que foram cumpridos todos os pré-requisitos do  
101 ponto de vista científico e técnico que prevê esta canalização e os impactos que ela  
102 poderia causar, que eles elaboraram o parecer final com todos os cálculos e que o  
103 mesmo não foi avaliado pela CT de Outorga como deveria. Disse que tanto o IGAM  
104 quanto a FIEMG entenderam o parecer final e foram favoráveis à aprovação da  
105 outorga. O secretário Juvenal agradeceu e passou a palavra para a conselheira Laene,  
106 que apresentou o relatório de vistas da FIEMG referente ao processo da Costa do Sol,  
107 reforçando que a URGA apresentou os cálculos corretos conforme eles analisaram e  
108 orientou que o empreendedor deve demonstrar ao fim da obra (através de fotos,  
109 escalas, etc), que tudo que foi solicitado pela URGA foi feito, por segurança, e que os  
110 cálculos competem à URGA avaliar e analisar, cabendo ao Comitê entender as nossas  
111 legislações, que hoje estão desatualizadas, mas que em breve, com a questão da  
112 cobrança, estarão atualizadas. Justificou com os quatro pontos que serão pensados  
113 para o próximo Plano Diretor do Comitê e disse que, de acordo com DN 31 e a página  
114 234 do Plano Diretor, não há conflito de uso para este pleito e não há também o  
115 enquadramento dos corpos de água, então seguiram a legislação do COPAM,  
116 reafirmando que ele é classe 2, e que a manutenção de condições adequadas de  
117 transporte hidroviário não se aplica ao pleito, entre outras considerações, e concluiu a  
118 sua fala sugerindo a aprovação do processo. O secretário Juvenal passou a palavra  
119 para a próxima inscrita à fala, a conselheira Maria Teresa, que respondeu ao  
120 empreendedor dizendo que os documentos foram todos analisados e discutidos  
121 incansavelmente por todos os membros da Câmara Técnica de Outorga, lembrando  
122 que um empreendimento individual não pode interferir no coletivo e que existe mais  
123 problemas ainda quando é a jusante do processo de canalização. Disse também que  
124 os conselheiros José Edilberto e Ângela entregaram um documento minucioso antes da  
125 reunião com fotos e detalhamento do assunto e lembrou a situação que aconteceu com  
126 o Bretas Supermercados, naquela enchente terrível. Disse que concorda sim com a  
127 revisão do Plano Diretor, porém estão no dever de prevenir e precaver com relação às  
128 ações pretendidas agora e que não aceita ninguém desrespeitar a Câmara Técnica de  
129 Outorga, que é composta por conselheiros que são profissionais altamente capacitados  
130 e que trabalharam com afinco na análise destes processos, ao que pediu respeito por  
131 parte de todos. O secretário Juvenal passou a palavra para o próximo inscrito a falar, o  
132 conselheiro José Edilberto, que começou apresentando um documento que fala que,  
133 de acordo com atos de vulnerabilidade de Minas Gerais, por consequências das ações  
134 do uso irregular do solo, como este empreendimento pode afetar aquele ponto sem a  
135 devida e correta análise, especificamente o ponto da sua localização e que existe um  
136 corpo hídrico receptor logo abaixo. Ressaltou a lei 11455 que fala exclusivamente  
137 sobre o plano de saneamento que impacta profundamente a gestão das águas, de  
138 questões que afetam a drenagem e macrodrenagem, conforme a conselheira Maria  
139 Teresa fez a menção e citou a própria tese de doutorado da Marília que fala  
140 exatamente isto também, e mais ainda, que os órgãos são responsáveis por promover  
141 o debate. Citou o vídeo da SEMAD que fala exatamente sobre a participação dos  
142 atores envolvidos neste processo, disponível no canal do YouTube do GD6. E concluiu  
143 a sua fala justificando que é correta a manutenção do voto contrário desta outorga  
144 pelos conselheiros da Câmara Técnica de Outorga, na reunião de dezembro de 2020,

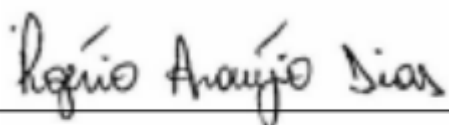
145 bem como solicitou a juntada do seu parecer no processo. O secretário Juvenal  
146 agradeceu e passou a palavra para a próxima inscrita à fala, a conselheira Ângela, que  
147 esclareceu mais uma vez como o relatório foi feito e analisado minuciosamente pela CT  
148 de Outorga e que em relação aos cálculos apresentados pelo empreendedor, a  
149 problemática levantada foi sobre o período de chuvas, se haveria a capacidade de  
150 recepção desta canalização no Ribeirão Poços de Caldas, não havendo nem no  
151 Relatório inicial e nem no pedido de reconsideração, uma resposta para esta  
152 indagação. Outra questão é se esta água, ao refluir para montante em época de  
153 cheias, chegaria à área verde 3 da Prefeitura e mais uma vez não houve uma resposta  
154 convincente. Então a questão é se há capacidade de recebimento e escoamento da  
155 vazão canalizada, e lembrou que em momento nenhum discutiu-se a capacidade de  
156 fluxo de água dentro da tubulação proposta e destacou que planície de inundação é a  
157 planície ocupada sazonalmente pela água até que o outro corpo receptor consiga levar  
158 a água que foi retida nesta planície. Reafirmou que todas as considerações técnicas  
159 sobre este processo e a justificativa de voto contrário à concessão de outorga estão no  
160 Relatório assinado por ela e o conselheiro José Edilberto e que constou dos  
161 documentos entregues aos conselheiros no ato da convocação desta Plenária. Alertou  
162 o IGAM sobre o levantamento que o empreendedor fez de algumas canalizações ao  
163 longo da Av. João Pinheiro, perguntando se o IGAM já verificou se as outorgas das  
164 mesmas estão em ordem. A palavra foi passada para o próximo inscrito, o  
165 empreendedor Luiz Pereira que pediu desculpas que todos entenderam errado a  
166 colocação dele, e explicou que o que quis dizer é que análise da CT de Outorga não foi  
167 errada e sim, incompleta. A palavra foi passada para o conselheiro Eduardo que  
168 lembrou que o estudo técnico é competência do IGAM, que ele faz com fundamentação  
169 técnica e jurídica e que não tem nada no processo que não seja previsto em lei. Em  
170 segundo lugar, o processo de outorga não está tratando de questões ambientais, que  
171 isto não está na alçada de discussão, como o caso do Bretas Supermercados,  
172 responsabilidades criminais, etc. Questões de precaução e prevenção, questão de falta  
173 de respeito, questão de bacia de alagamento, de saneamento, de planície de  
174 inundação, isto tudo não é competência do Comitê. Disse que está certo debater o  
175 tema, que deve-se mesmo colocar isto em plano de bacia, de enquadramento de água  
176 mas não há como escolher uma pessoa para definir o resto da lei para todo mundo. E  
177 lembrou novamente que isto se trata de um ato autorizativo apenas. O secretário  
178 Juvenal tomou a palavra e fez uma observação e disse que concorda com os  
179 conselheiros Maria Teresa, Ângela e José Edilberto quanto à questões de impacto ao  
180 meio ambiente, mas que concorda com o conselheiro Eduardo no que tange à questão  
181 de legalidade, que o que está sendo discutido aqui é questão de outorga, que o Comitê  
182 deve-se ater àquilo que é a sua função e que por isto ele não teve receio de mudar a  
183 sua opinião referente à este processo, mesmo fazendo parte da CT de Outorga. Em  
184 seguida, passou-se à votação para apurar quem seria contra e quem seria a favor do  
185 parecer da URGA referente ao processo de Costa do Sol Empreendimentos,  
186 totalizando 06 votos a favor do parecer da URGA, 14 votos contra o parecer da URGA,  
187 06 abstenções e 10 ausentes, sendo portanto reprovado a concessão de outorga no  
188 referido processo. A seguir, iniciou-se a discussão referente ao processo nº  
189 2240.01.0002282/2020-98 (Pollo Engenharia e Incorporações Ltda.) sendo a palavra  
190 concedida primeiramente ao empreendedor, como feito nos demais processos. Lucas  
191 começou se apresentando e se disponibilizando para prestar os devidos  
192 esclarecimentos sobre o processo da Pollo caso haja alguma dúvida. E passou a

193 palavra ao Hélio, que disse que acompanhou os trabalhos desde o início e que a Pollo  
194 Engenharia sempre foi pró ativa, e lembrou que um processo que foi tramitado durante  
195 4 anos pelos órgãos ambientais tem que ser pensado, porque o empreendedor não  
196 pode ficar na inércia dos órgãos ambientais e que deve-se pensar na outorga  
197 especificamente. Em seguida, Juvenal passou a palavra para a conselheira Laene que  
198 começou apresentando o relatório de vistas da FIEMG, lembrou que a URGA também  
199 é favorável à outorga e explicou todos os cálculos feitos no relatório, destacando que o  
200 rebaixamento é uma interferência mínima. A seguir, a palavra foi passada para a  
201 primeira inscrita, a conselheira Maria Teresa, que disse que ia se abster e manter o  
202 posicionamento da CT de Outorga, e que realmente passou muito do tempo para  
203 decidir sobre esta outorga, pois a obra já está pronta. Disse ainda que o Comitê queria  
204 colaborar com o empreendedor, indicando não fazer garagem no subsolo e usá-lo para  
205 fazer a fundação, assim como aconteceu em outros edifícios de Poços de Caldas. Ela  
206 reforçou que é obvio que acontecerão consequências a curto prazo e citou algumas  
207 delas. Lembrou que a cobrança vai incidir nos usos outorgados e perguntou se os  
208 condôminos destes prédios estão sabendo disto. Disse que cabe uma investigação  
209 sobre a tramitação destes documentos durante estes 4 anos e deu um alerta para  
210 todos os construtores: antes de construir qualquer empreendimento, eles devem  
211 verificar se tem outorga aprovada, e lembrou que as prefeituras não podem liberar se  
212 não tiver. Citou o volume utilizado de 386 metros cúbicos de água por dia, é o mesmo  
213 que encher uma piscina olímpica. E que não é demais ao Comitê colocar  
214 recomendações, dizer que o empreendimento não é sustentável, sendo que o mesmo  
215 está apenas a 192 metros de distância da Praça dos Macacos, em Poços de Caldas. E  
216 concluiu com uma pergunta: Esta quantidade drenada é compatível ao que existe no  
217 subsolo? Danúbia do IGAM pediu a palavra e respondeu à conselheira Maria Teresa  
218 que houve sim uma reforma em 2018 quando foram criadas as URGAS e o IGAM  
219 tomou para a si novamente a análise dos processos de outorga e que, na época foi  
220 feito um inventário onde constataram de 1200 a 1400 processos de passivos, inclusive  
221 este do rebaixamento, e que não havia um profissional habilitado na equipe técnica do  
222 IGAM para fazer esta análise. E só em 2019 a Marina entrou neste cargo e começou a  
223 fazer a análise deste processo. Sugeriu que os Comitês trabalhassem juntamente com  
224 as prefeituras e que estas solicitassem a outorga antes de liberar a obra. Lembrou que  
225 hoje as autorizações são independentes, o que é passível de regularização ambiental  
226 no IGAM, o empreendedor deve solicitar à URGA, e o que cabe à SUPRAM, ele deve  
227 solicitar à SUPRAM. Neste caso, o empreendedor precisa antes da outorga para  
228 solicitar o licenciamento ambiental dele, conforme o próprio sistema direciona o  
229 empreendedor a fazer. A palavra foi passada à conselheira Ângela que lembrou as  
230 competências da Câmara Técnica de Outorga do Comitê, segundo a Deliberação nº 2  
231 de 2001, informando que esta normativa permite fazer o que a CT está fazendo e  
232 ressaltou os pedidos de dilatação de prazos ao longo deste processo por parte do  
233 empreendedor para atender diversas solicitações. Por outro lado, relembrou a Lei  
234 Estadual nº 13.771/000, uma vez que os pedidos de reconsideração dizem que todas  
235 as leis foram avaliadas e contempladas e esta lei em referência consta na página 2 do  
236 parecer da CT de Outorga, pois ela é muito interessante quando fala de  
237 disponibilidades hídricas e manancial subterrâneo, o que certamente não foi  
238 considerado neste processo. E que o pedido de reconsideração fala que não há  
239 comprometimento com as águas subterrâneas. E começou citando o item 7 do relatório  
240 do empreendedor avaliado pela SUPRAM e endossado pela URGA e questionou os

241 dados usados para avaliar este rebaixamento, observou que este tipo de rebaixamento  
242 tão baixo se dá em ambientes altamente porosos, o que não é o caso deste  
243 empreendimento, que não encontrou em nenhum lugar a justificativa do volume da  
244 vazão requerida e concluiu dizendo que o Decreto Estadual nº 41578 de 2001 que  
245 regulamenta a política de recursos hídricos, em especial seu artigo 38 sobre outorga  
246 subterrânea, e perguntou se a URGa solicitou ao empreendedor o que reza o referido  
247 artigo, citando outros trechos importantes da lei. O próximo a falar foi o conselheiro  
248 José Edilberto, que citou a fala da Danúbia do IGAM, quando ela disse que o município  
249 deveria ser consultado e que não é de hoje que estão falando que os municípios tem  
250 que estar presentes. Citou a importância do Plano de Recursos Hídricos do Comitê,  
251 que está falando sobre esta condição do aquífero, que será necessário mapear todos  
252 os aquíferos e qualquer intervenção neste ponto. Disse que no próprio Plano Diretor do  
253 Comitê consta da preocupação e do monitoramento das águas subterrâneas e  
254 encerrou sua fala citando a lei municipal que fala da proteção do entorno das águas  
255 das fontes termais que é uma questão de extrema importância, reiterando assim o  
256 parecer da CT de Outorga neste processo. A palavra foi passada posteriormente para o  
257 conselheiro Eduardo, que disse que o município deve atentar para esta questão de não  
258 conceder qualquer tipo de alvará e autorização na cidade, antes deterá questão do  
259 licenciamento ambiental e a outorga. Esclareceu ainda que, para entendimento geral,  
260 não existe “outorga velha” e “outorga nova”. Lembrou que a outorga é ato regularizador  
261 da concessão de água em qualquer tempo. Pode-se ter uma intervenção que parou,  
262 voltou, etc. Lembrou que qualquer um pode questionar a quantidade de água e pedir  
263 um estudo ao IGAM de água subterrânea e lembrou mais uma vez a competência do  
264 Comitê, que não é esta. O secretário Juvenal tomou a palavra e disse que entende  
265 todas as falas e colocações, mas no caso da coisa pública, ele não tem ilegalidade e  
266 que entende que é uma situação que está pronta, executada e que deve-se ter uma  
267 gestão em cima do fato. E pediu que se minimizem os conflitos dentro do Comitê, pois  
268 este tipo de coisa não é bom para ninguém. A conselheira Maria Teresa pediu a  
269 palavra e perguntou para o conselheiro Eduardo se nesta bacia hidrográfica, nesta  
270 parte subterrânea, suporta o volume que foi pedido ou não. E disse que esta é uma  
271 informação técnica que não obtiveram do IGAM. O conselheiro Eduardo respondeu  
272 entre outras que a água está sendo drenada superficialmente. A conselheira Ângela  
273 tomou a palavra e disse que urge esta questão a ser discutida e que chegou a hora em  
274 que se está no limite e lembrou que quando trabalhou na Prefeitura, ela só liberava o  
275 habite-se depois da outorga, para não ter problema. Reafirmou que todas as  
276 considerações técnicas sobre este processo e a justificativa de voto contrário à  
277 concessão de outorga estão no Relatório assinado por ela e o conselheiro José  
278 Edilberto e que constou dos documentos entregues aos conselheiros no ato da  
279 convocação desta Plenária. O conselheiro Eduardo esclareceu para a conselheira  
280 Ângela e para todos que não existe este estudo da água subterrânea para ninguém no  
281 Brasil, que ele é feito localmente, analisando a zona de impacto e todos os usos  
282 outorgados de água subterrânea na região e verifica se tem algum outro uso que  
283 concorre. Se não tem, vai fazer o teste de bombeamento, o que é diferente da água  
284 profunda, que não é avaliada da mesma forma. E que para este tipo de processo é feito  
285 este tipo de procedimento. A palavra foi passada para o conselheiro Antônio Carlos  
286 Alvisi que esclareceu que é a favor desta outorga para regularizar a situação, pois tem  
287 uma situação consolidada neste caso. A seguir, a palavra foi passada para a Marina da  
288 URGa que disse que este estudo foi feito somente para o norte de Minas, que é um

289 projeto que demorou 10 anos para ser construído e estes estudos serão expandidos  
290 para o estado inteiro, mas que não é um estudo rápido de ser feito, que demanda muita  
291 mão de obra e investimento, mas que consideram principalmente as águas mais  
292 profundas e ressaltou que neste caso, para a garagem ficar seca, eles tiram  
293 superficialmente de poços mais rasos de 4 metros de profundidade, e que de acordo  
294 com a responsabilidade técnica que foi apresentada à URGA, este processo não  
295 ocasionaria nenhum impacto das águas profundas. Em seguida, o secretário Juvenal  
296 passou-se à votação para apurar quem seria contra e quem seria a favor do parecer da  
297 URGA referente ao processo da Pollo Engenharia, totalizando 7 votos a favor do  
298 parecer da URGA, 12 votos contra o parecer da URGA, 5 abstenções e 12 ausentes,  
299 sendo portanto reprovado o parecer da URGA o pedido de concessão de outorga no  
300 referido processo. Em seguida, Maria de Lourdes do IGAM pediu a palavra e observou  
301 que os votos só serão válidos quando os conselheiros estiverem presentes na reunião,  
302 falando ou enviando pelo chat. E que não serão aceitos votos pelo celular. Neste ponto  
303 foi confirmado que os que tiveram problemas de conexão ou sem vídeo, votaram pelo  
304 chat como consta no arquivo da gravação, bem como as manifestações online  
305 registradas. O secretário Juvenal passou então para o Item **IV - Assuntos Gerais:** a  
306 conselheira Irinéia pediu a palavra e lembrou que tem uma mata no Jardim Centenário  
307 em Poços de Caldas, com projeto de construção de um condomínio e que existe ali  
308 um resquício de mata atlântica, há mais de 15 anos recuperada, com uma nascente e  
309 pediu que estejam atentos à este detalhe, cobrando a outorga deste empreendimento  
310 para que daqui a alguns anos não venham a ter os mesmos problemas que estão  
311 acontecendo hoje. O secretário Juvenal lembrou que foi recebido um e-mail sobre este  
312 assunto e que pedirão esclarecimentos à Prefeitura sobre isto e que firma um  
313 compromisso que falará como IEF a respeito desta situação, a questão de mata  
314 atlântica, distribuição do estado e eventuais autorizações. O conselheiro José Edilberto  
315 pediu a palavra e lembrou da sua sugestão de enviar um documento às Prefeituras  
316 para ser apreciado e o secretário Juvenal concordou com ele e disse que além deste  
317 caso das prefeituras, ele pensa que o Comitê deveria ter uma conversa institucional  
318 com a Prefeitura de Poços de Caldas para aparar eventuais arestas para que consiga  
319 administrar melhor este tipo de situação que é ruim para todo mundo. E se for o caso,  
320 verificar o que o Comitê pode fazer no âmbito da sua alçada de competência,  
321 eventualmente o plano de bacias, o Plano Diretor, o enquadramento de corpos de água  
322 ou algo similar, contemple estas situações e que tragam tranquilidade no  
323 encaminhamento e na resolução deste tipo de situação. O conselheiro José Edilberto  
324 concordou e lembrou que a proposta é exatamente de inibir qualquer questão que  
325 envolva este desdobramento do município com o Comitê e assim sucessivamente em  
326 todas as esferas, principalmente enxergando o Plano Diretor do município, refletindo o  
327 plano de bacias e agradeceu a capacitação que o IGAM fez para os conselheiros sobre  
328 exatamente este ponto, corroborado com a manifestação do Thiago Santana do IGAM  
329 que reiterou o que não é facultativo aos municípios a adesão ou não do Plano Diretor  
330 dos CBH's, caso não estejam contidos nos mesmos é passível de notificação,  
331 considerando que não houve nenhuma contribuição dos conselheiros depois da  
332 solicitação do Presidente Rogério, que seja enviado novamente para todos os  
333 conselheiros e em um prazo de 10 dias úteis, todos enviem suas contribuições para aí  
334 sim enviar para todos os municípios depois de autorizado. O secretário Juvenal  
335 agradeceu a contribuição dele e passou a palavra para o conselheiro Eduardo que  
336 lembrou uma demanda do Comitê do Grande que requereu à ele que se fizesse um

337 acompanhamento do plano de bacia, onde muitas vezes os conselheiros não sabem  
338 quais são as demandas que estão elencadas no plano e que no caso do GD6 o plano  
339 tem um manual interativo e que algumas demandas são questões de planejamento e  
340 estruturação e que eles podem encaminhar e propor ao pessoal da ANA e do IGAM  
341 para fazer uns 3 eventos por ano para se discutir juntos o plano, as ações propostas,  
342 para ficar cada vez mais ativos com o plano, pois isto não é um conselho qualquer, um  
343 grupo qualquer de segmento da sociedade, mas sim um órgão institucionalizado por lei  
344 com regras e instrumentos definidos, e dois deles são de planejamento, e que é  
345 necessário fazer o que o plano determina, lembrando que é um plano de 20 anos e que  
346 se em 10 anos não foi feito nada, ainda dá tempo de fazer nestes próximos 10 anos. E  
347 sugeriu levar esta proposta de acompanhamento do plano para a diretoria como uma  
348 possibilidade. O conselheiro José Edilberto pediu para fazer um acréscimo na proposta  
349 dele e pautar novamente o tema que o Cal se preparou por 3 vezes para discutir o  
350 Plano Diretor e priorização das ações, e que na proposta que ele vai enviar, constatará,  
351 nas notas de rodapé, os links que foram todos removidos do site do IGAM e que ele fez  
352 uma notificação no site com o provedor para eles disponibilizarem os documentos que  
353 estão indisponíveis para a consulta, coincidentemente. Assim que disponibilizarem, ele  
354 enviar, todos os documentos estão indisponíveis para consulta. Mas independente  
355 disto, ele enviará os documentos em anexo por e-mail para todos os conselheiros. A  
356 seguir, foram lidos 2 comentários no chat da reunião, um da conselheira Irinéia que  
357 pediu para discutir as metas do Plano Diretor na próxima reunião e o outro de Maria  
358 Carolina Nacif que representa a ONG “A cidade que engole rios” onde ela disse que  
359 “assusta a quantidade de prédios na área central de Poços de Caldas que rebaixa o  
360 lençol freático e nos preocupa as consequências disto ao longo dos anos”. A  
361 conselheira Ângela pediu a palavra e parabenizou o secretário Juvenal pela condução  
362 da reunião e disse que gostaria que levassem em consideração o pedido ao IGAM de  
363 um levantamento das outorgas ao longo da Av. João Pinheiro, pois são outorgas de  
364 grande porte e seria um momento interessante para fazer este levantamento, conforme  
365 solicitado pelo técnico da Costa do Sol. O secretário Juvenal agradeceu e disse que vai  
366 verificar junto à URGA no sentido de atender à esta solicitação. Nada mais havendo a  
367 tratar, a 2ª Reunião Ordinária do ano de 2021 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada  
368 às 12h25min.



Rogério Araújo Dias

Presidente CBH – GD6